



NOTA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA 120|2017

Estudo da Central de Balanços | 30

Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal

2012-2016

18 de dezembro de 2017

O Banco de Portugal publicou hoje o *Estudo da Central de Balanços | 30*, com informação sobre a situação económica e financeira das empresas não financeiras em Portugal entre 2012 e 2016.

Os resultados foram apurados com base, essencialmente, na informação da Central de Balanços do Banco de Portugal.

Os resultados são apresentados para o total das empresas, por classes de dimensão – microempresas, pequenas e médias empresas (PME) e grandes empresas – e por setores de atividade económica (“agricultura e pescas”, “indústria”, “eletricidade e água”, “construção”, “comércio” e “outros serviços”).

A análise é ainda complementada com informação relativa ao primeiro semestre de 2017 sobre os empréstimos bancários obtidos por estas empresas no sistema financeiro residente em Portugal.

Estrutura e dinâmica

Em 2016, o setor não financeiro incluía 418 mil empresas; 90 por cento eram microempresas e 40 por cento do volume de negócios era gerado por grandes empresas. Três em cada quatro empresas pertenciam ao segmento dos outros serviços ou ao comércio

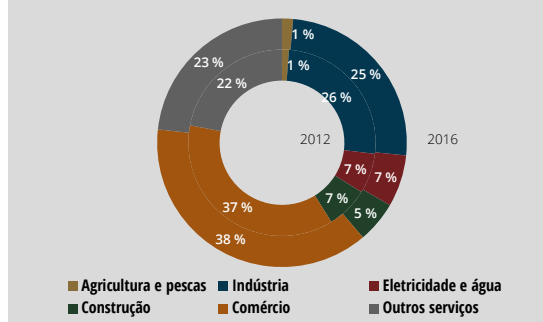
Em 2016, cerca de 418 mil empresas não financeiras desenvolveram a sua atividade em Portugal.

Nove em cada dez eram microempresas, tendo estas gerado 16 por cento do volume de negócios agregado. As grandes empresas geravam 40 por cento do volume de negócios, apesar de constituírem apenas 0,3 por cento das empresas.

O peso das microempresas e das pequenas e médias empresas (PME) aumentou ligeiramente entre 2012 e 2016 quando considerado o volume de negócios (0,5 e 1,5 p.p., respetivamente).

Três quartos das empresas estavam associadas aos serviços: 49 por cento aos outros serviços e 26 por cento ao comércio. Considerando o volume de negócios, o comércio (38 por cento) e a indústria (25 por cento) assumiam maior relevância (Gráfico 1).

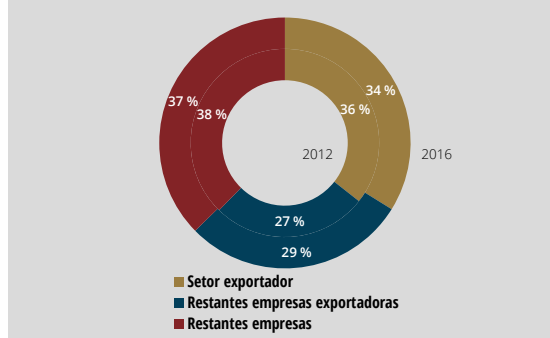
Gráfico 1 · Estruturas | Por segmentos de atividade económica (volume de negócios)



Em 2016, seis em cada 100 empresas integravam o setor exportador¹. Estas empresas representavam 34 por cento do volume de negócios gerado pelas empresas em Portugal (Gráfico 2).

As empresas exportadoras assumiam maior relevância no setor da indústria (15 por cento das empresas). Nos outros serviços, na agricultura e pescas e na construção (e mesmo na eletricidade e

Gráfico 2 • Estruturas | Em função da integração no setor exportador (volume de negócios)



água), nove em cada dez empresas não evidenciavam qualquer relação com o mercado externo. No setor do comércio, 13 por cento das empresas realizavam exportações, mesmo que insuficientes para que integrassem o setor exportador (que neste setor de atividade agregava apenas 5 por cento das empresas).

O número de empresas em atividade em Portugal aumentou 0,6 por cento em 2016, uma variação inferior à registada em 2015 (-1,4 p.p.).

O aumento do número de empresas verificou-se apenas na classe das microempresas; nas PME e nas grandes empresas foi criada uma empresa por cada três que cessaram atividade.

A agricultura e pescas e os outros serviços foram os únicos setores cujo número de empresas em atividade aumentou em 2016.

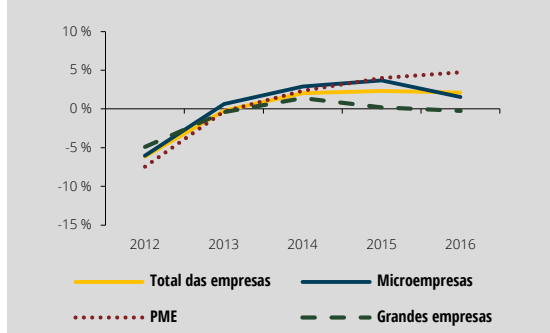
Atividade e rentabilidade

Volume de negócios aumentou 2 por cento em 2016. Rentabilidade dos capitais próprios ascendeu a 8 por cento

O volume de negócios das empresas aumentou 2,1 por cento em 2016, evolução semelhante à observada em 2015 (Gráfico 3).

O aumento do volume de negócios foi mais notório nas PME (4,7 por cento) e, em termos setoriais, na

Gráfico 3 • Volume de negócios | Taxa de crescimento anual



agricultura e pescas, nos outros serviços e no comércio (6, 4 e 3 por cento, respetivamente). O setor da construção foi o único com uma diminuição do respetivo volume de negócios (-2 por cento).

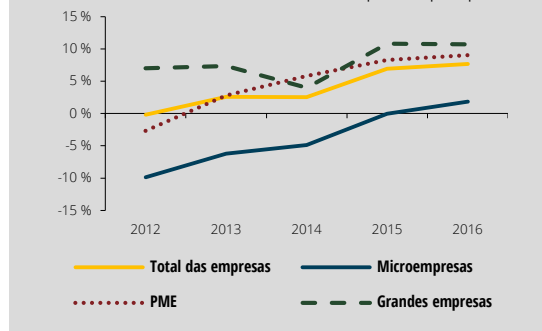
O aumento do volume de negócios das empresas deveu-se maioritariamente à variação do mercado interno. No entanto, dois terços das empresas cujo volume de negócios cresceu aumentaram também as suas exportações.

Os gastos associados à atividade operacional cresceram 1,7 por cento em 2016, refletindo as variações positivas registadas em todas as suas componentes relativamente a 2015, com destaque para os gastos com o pessoal (+4,5 por cento).

A conjugação do aumento do volume de negócios e dos gastos da atividade operacional resultou num crescimento de 7 por cento do EBITDA, variação 18 p.p. inferior à registada em 2015. A proporção de empresas com variações positivas deste indicador também diminuiu (1 p.p., para 54 por cento em 2016).

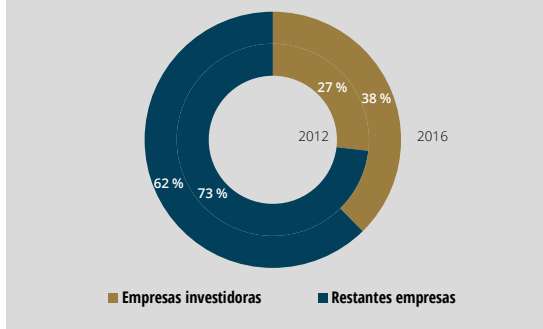
O aumento da rentabilidade líquida determinou o crescimento da rentabilidade dos capitais próprios das empresas (0,7 p.p. comparativamente com o ano anterior), que ascendeu a 8 por cento (Gráfico 4).

Gráfico 4 • Rentabilidade dos capitais próprios



Em 2016, 15 por cento das empresas eram consideradas investidoras², uma proporção superior em 4 p.p. à registada em 2012. Estas empresas eram responsáveis por 38 por cento do volume de negócios gerado pelas empresas não financeiras em 2016 (proporção 11 p.p. superior à registada em 2012) (Gráfico 5). De resto, o peso das empresas que manifestam esta característica tem aumentado de forma relativamente constante de 2012 em diante (face a 2015, a variação foi de 1 p.p. ao nível do número de empresas e de 3 p.p. quando avaliada a relevância das empresas investidoras atendendo ao volume de negócios).

Gráfico 5 • Estruturas | Em função da integração no conjunto das empresas investidoras (volume de negócios)

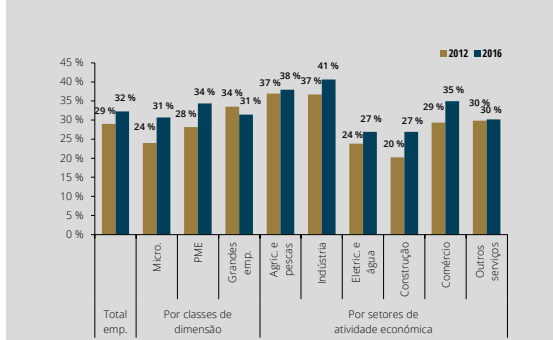


Estrutura financeira

Em 2016, 68 por cento do ativo era financiado por capitais alheios; 28 por cento das empresas apresentavam capitais próprios negativos

Em 2016, a autonomia financeira média das empresas era de 32 por cento, ou seja, 68 por cento do ativo das empresas era financiado por capitais alheios (Gráfico 6), os quais eram particularmente relevantes nas empresas da construção e da eletricidade e água.

Gráfico 6 • Autonomia financeira



O aumento da autonomia financeira das empresas em relação a 2015 (1 p.p.) deveu-se principalmente a variações positivas dos capitais próprios. Do total de empresas com aumentos neste indicador, 43 por cento aumentaram mais o capital próprio do que o ativo e 42 por cento apresentaram simultaneamente um acréscimo do capital próprio e uma redução do ativo.

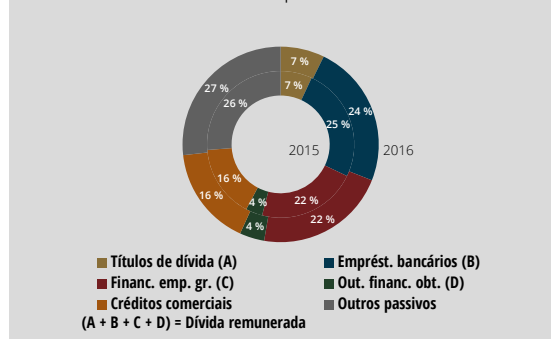
A elevada dependência de capital alheio é particularmente crítica para as empresas com capitais próprios negativos. Esta situação ocorria em 28 por cento das empresas em 2016, parcela, ainda assim, 1 p.p. inferior à registada em 2015.

A dívida remunerada (com juros associados) e os créditos comerciais constituíam as principais fontes

de financiamento alheio. No seu conjunto representavam 73 por cento do passivo das empresas (peso 0,6 p.p. inferior ao registado em 2015). O remanescente correspondia a outros passivos, que incluem, por exemplo, dívidas ao Estado, a acionistas e sócios e outras contas a pagar.

Os empréstimos bancários representavam 24 por cento do passivo das empresas (25 por cento em 2015); os financiamentos obtidos junto de empresas do grupo representavam 22 por cento do passivo (o mesmo que em 2015). Os títulos de dívida e os outros financiamentos correspondiam a 7 por cento e a 4 por cento do passivo, respetivamente (pesos similares aos registados em 2015) (Gráfico 7).

Gráfico 7 • Estrutura do passivo



Gastos de financiamento e solvabilidade

Pressão financeira diminuiu 3 p.p. em 2016, refletindo a diminuição dos juros suportados e o aumento do EBITDA

A redução do peso da dívida remunerada no total do passivo contribuiu para que os juros suportados pelas empresas tenham diminuído em relação a 2015 (9 por cento).

A conjugação destas evoluções com a do EBITDA determinou uma diminuição da pressão financeira sobre as empresas (medida pelo peso dos juros no EBITDA), de 20 por cento em 2015 para 17 por cento em 2016. Esta diminuição foi registada em todas as classes de dimensão e setores de atividade.

A informação compilada pela Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal indica que os empréstimos concedidos pelas instituições de crédito residentes às empresas não financeiras têm diminuído nos últimos anos. No final de junho de 2017, representavam apenas 76,1 por cento do valor observado no final de 2012.

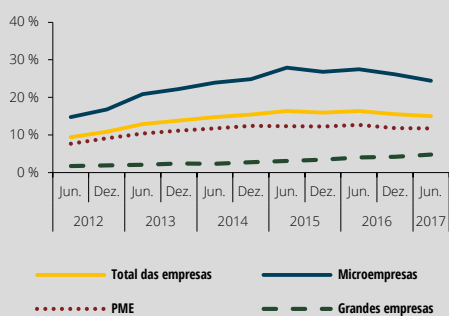
A qualidade do crédito concedido às empresas degradou-se entre o final de 2012 e o final de junho de 2017: nesse período, o crédito vencido aumentou 6 por cento. Entre o final de 2012 e o final de

junho de 2015, o montante de crédito vencido tinha aumentado 32 por cento.

Os empréstimos concedidos às empresas decresceram 2,2 por cento entre o final de 2016 e o final do primeiro semestre de 2017 (diminuição de 7,3 por cento quando comparado com o período homólogo).

No final do primeiro semestre de 2017, o rácio de crédito vencido associado ao total das empresas era 0,4 p.p. inferior ao registado no final do ano anterior (Gráfico 8).

Gráfico 8 • Rácios de crédito vencido (valores em fim de período)



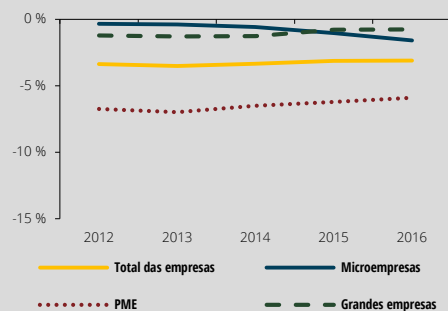
Financiamento por dívida comercial

Financiamento líquido por dívida comercial foi negativo

Em 2016, o financiamento por dívida comercial representava 16 por cento do passivo das empresas.

Não obstante, o saldo das rubricas de fornecedores e de clientes, avaliado em termos líquidos e ponderado pelo volume de negócios, permaneceu negativo em 2016 (-3 por cento). Este resultado revela a incapacidade das empresas em obterem financiamento por esta via (Gráfico 9).

Gráfico 9 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios



¹ Entende-se por setor exportador o setor composto pelas empresas em que pelo menos 50 por cento do volume de negócios tem origem na exportação de bens e serviços ou, em alternativa, pelo menos 10 por cento do volume de negócios decorre de exportações de bens e serviços, sendo estas superiores a 150 mil euros.

² Entendem-se por empresas investidoras o subconjunto das empresas não financeiras em atividade, caracterizadas por terem registado variações anuais dos investimentos não financeiros (isto é, ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos de produção) superiores a 10 por cento ou a 100 mil euros.

Informação adicional disponível em:

[Domínio estatístico das estatísticas da central de balanços do BPstat | Estatísticas online](#)

[Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2013 sobre as estatísticas das empresas não financeiras da Central de Balanços](#)

[Estudo da Central de Balanços n.º 30 sobre as sociedades não financeiras](#)

Banco de Portugal | info@bportugal.pt